

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 3, Número 1, Maio de 2014

Furo de Reportagem: O Papel da Mídia Estatal

Christopher Walker e Robert W. Orttung

Síria e o Futuro do Autoritarismo

Steven Heydemann

Dossiê Países Pós-Comunistas

Mitos e Realidades da Sociedade Civil

Pós-Comunista

Grzegorz Ekiert e Jan Kubik

O Poder Transformador da Europa Revisitado

Alina Mungiu-Pippidi

Discussão

Repensando o Paradigma da Transição

*Larry Diamond, Francis Fukuyama, Donald L. Horowitz
e Marc F. Plattner*

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**



FUNDAÇÃO IFHC | CENTRO EDELSTEIN

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ACESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Antonio Mitre

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA

Sergio Fausto (coord.)

Isadora Carvalho

Apresentação

A maior parte dos artigos deste número do *Journal of Democracy* se refere, de maneira direta ou quase, a dois conflitos de grande repercussão geopolítica nos dias que correm: a guerra civil na Síria e as tensões em torno da Ucrânia. O primeiro assunto é abordado no artigo de Steven Heydemann, do Centro de Pesquisa Aplicada sobre Conflitos, nos Estados Unidos. Já o segundo é objeto de dois artigos: um sobre a capacidade da União Europeia para promover a “boa governança” em países que integraram o bloco soviético na Guerra Fria, escrito por Alina Mungiu-Pippidi, do Centro de Pesquisas sobre Políticas Anticorrupção e Construção do Estado, em Berlim; outro, de Grzegorz Ekiert e Jan Kubik, cientistas políticos das Universidades de Harvard e Rutgers, respectivamente, sobre as sociedades civis nos países pós-comunistas.

Em seu artigo sobre a Síria, Heydemann mostra como o regime de Bashar Al-Assad reformulou-se para enfrentar a guerra civil e, nesse processo, fortaleceu-se não apenas no campo militar, mas também como estrutura capaz de firmar-se no poder uma vez sufocada a insurgência contra o seu governo, um cenário cada vez mais provável. O autor busca entender as razões pelos quais se tornou possível essa adaptação aparentemente bem-sucedida ante a ameaça real de derruba do regime. Analisa fatores como a obtenção de apoio externo no Irã e no Hezbollah, além da Rússia, bem como fatores internos, como o entrelaçamento de sistemas de lealdade étnica com estruturas formais de poder, principalmente nas Forças Armadas. A partir dessa análise, Heydemann procura extrair lições eventualmente úteis para avaliar a maior ou menor vulnerabilidade de regimes autocráticos no mundo árabe a movimentos de protesto ou rebelião popular.

Útil também é a leitura dos artigos sobre as sociedades civis nos países pós-comunistas e sobre a capacidade da União Europeia para promover mudanças institucionais benéficas à governança democrática naqueles países. Ambos contribuem para a compreensão dos possíveis desdobramentos da atual situação na Ucrânia, um país que pertenceu a União Soviética e hoje se encontra tensionado – a um ponto tal que sua fragmentação não pode ser totalmente descartada - entre a União Europeia, de um lado, e a Rússia, de outro. Alina Mungiu-Pippidi é cautelosa na avaliação que faz dos resultados alcançados pelas políticas de integração da União Europeia nos países do antigo Leste Europeu que aderiram ao bloco. Apontando um aparente paradoxo, os avanços em matéria de governança – conceito que ela define e procura concretizar com base em um conjunto de indicadores – foram maiores durante o processo de ascensão à condição de membro pleno da União Europeia do que depois de consumada a integração ao bloco. Em muitos casos, a autora identifica estagnação, quando não retrocesso, nos indicadores de governança no período posterior. A análise sugere que a partir de um determinado momento a “boa governança” depende essencialmente de fatores internos que se tornam insensíveis a pressões e condições impostas do exterior.

Essa observação realça a importância do estudo realizado por Grzegorz Ekiert e Jan Kubik sobre as sociedades civis nos países pós-comunistas. É um estudo comparativo, no qual aparecem referências sistemáticas a países do antigo bloco soviético. Os autores colocam em xeque a premissa de que as sociedades civis, nos países comunistas do Leste da Europa. Sustentam que havia embriões de sociedade civil, sob a forma de uma vida associativa comandada pelo Estado. Mais importante, afirmam que as diferentes características das sociedades civis e de suas relações com o Estado nos regimes comunistas condicionaram a formação e o funcionamento das sociedades civis nos regimes pós-comunistas, também influenciadas pelo modo específico pelas quais se deram as quedas daqueles regimes em cada país.

Estas diferentes tradições e trajetórias históricas não convergiram para a formação de um único modelo de relação entre a sociedade civil e o Estado no mundo pós-comunista. Ao contrário, há países com resultados mais sólidos e democráticos e outros mais instáveis e sujeitos a retrocessos autoritários. Escrevendo antes dos acontecimentos que resultaram na derrubada do governo de Yanukovich, os autores incluem a Ucrânia entre os países onde a sociedade civil “só consegue influenciar o Estado em momentos extraordinários de revolta”.

O tema da mudança política reaparece no diálogo entre quatro destacados cientistas políticos, entre eles Francis Fukuyama. A discussão gira em torno da validade do “paradigma da transição democrática” – construído a partir de estudos da passagem de regimes autoritários a democráticos na América Latina dos anos finais da década de 1970 ao início da de 1990 - para compreender os processos de mudança política mais recente, no mundo árabe e nos países da ex-União Soviética. Aquele paradigma se assentava em alguns pilares, entre eles o suposto de que a mudança política se iniciava a partir de uma fissura dentro do grupo dominante, avançava à medida que pressões da sociedade obrigavam a uma crescente distensão do regime político e culminava com um pacto entre os setores moderados do regime autoritário e das oposições para constituição das instituições necessárias à democracia. A conclusão geral é que as mudanças políticas mais recentes não podem ser entendidas à luz desse paradigma. Que referências conceituais e históricas se deve utilizar para compreendê-las é o fio condutor de um diálogo entre cientistas políticos de grande qualidade intelectual e muitos anos de estrada no campo da pesquisa empírica.

Por fim, mas de modo algum menos importante, este número traz o artigo de Christopher Walker, do National Endowment for Democracy, e Roberto W.Ortung, da George Washington University, a respeito do controle estatal sobre a imprensa. Na verdade, este é o artigo que abre esta edição, pela importância que lhe atribuímos.

Logo ao início, os autores afirmam: “Apesar da ascensão das novas mídias e de ambientes de imprensa mais diversos e competitivos, os regimes autoritários estão encontrando maneiras surpreendentes (e assustadoramente efetivas) de usar a imprensa a seu favor para permanecerem no poder. Veículos de comunicação controlados formal ou informalmente pelo Estado tornaram-se indispensáveis para a manutenção de governos não democráticos mundo afora”. O que segue é uma análise bem fundamentada sobre as diversas modalidades de controle direto e indireto do Estado sobre a imprensa, empregadas em um amplo (e crescente) leque de países, com destaque para Rússia e China.

Com este conjunto de artigos, acreditamos cumprir novamente com o nosso principal objetivo: oferecer, em português, informação e análise de elevada qualidade sobre temas que estão na pauta dos principais jornais do mundo, beneficiando o leitor interessado em aprofundar-se no conhecimento desses temas.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Síria e o Futuro do Autoritarismo(*)

Steven Heydemann

Steven Heydemann é vice-presidente do Center for Applied Research on Conflict [Centro de Pesquisa Aplicada sobre Conflito] do U.S. Institute of Peace e professor adjunto de governança da Universidade Georgetown.

Ao nos aproximarmos do terceiro aniversário dos levantes árabes, as possibilidades democráticas que eles pareciam ter criado começam a desaparecer. Dos países que vivenciaram importantes movimentos de protesto em massa no começo de 2011, apenas a Tunísia parece ser capaz de produzir uma democracia consolidada em um futuro próximo. Em todos os demais casos, as transições revelaram a dificuldade de superar os persistentes legados institucionais e sociais do regime autoritário, e os extremos até onde esses regimes estão dispostos a ir para tentar sobreviver. Na Síria, qualquer possibilidade que os manifestantes tinham de provocar uma ruptura do autoritarismo e estabelecer o início de uma transição para a democracia foi extinta logo no início, primeiro pela repressão feroz do regime de Assad, e depois pela escalada do conflito a uma guerra civil cada vez mais brutal e sectária. Estatísticas desanimadoras dão apenas um indício do saldo final: mais de cem mil mortos, milhões mais forçados a fugir, e oito milhões precisando de ajuda humanitária. Oficiais das Nações Unidas descrevem a Síria como o pior desastre humanitário

*Publicado originalmente como “*Syria and the Future of Authoritarianism*”, *Journal of Democracy*, Volume 24, Número 4, Outubro de 2013 © 2013 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

desde Ruanda em 1994, e a instabilidade tem crescido entre os vizinhos árabes da Síria.

As aspirações democráticas dos manifestantes que tomaram as ruas e praças públicas em toda a Síria no começo de 2011 foram as primeiras vítimas do conflito. Se a democracia como resultado dos levantes sempre foi incerta, as perspectivas democráticas foram duramente prejudicadas pela devastação provocada pela guerra civil e pelo aprofundamento da fragmentação da sociedade síria. Ainda é contestada a teoria de que o sectarismo étnico é causa do conflito.¹ Entretanto, países que emergiram de guerras civis étnicas são percebidos como os menos propensos à democratização, uma vez encerrado o conflito.² A democratização pós-conflito, em tais casos, fracassa com muito mais frequência do que é bem sucedida.³ Mais da metade de todos os países que vivenciaram guerras civis voltam a entrar em conflito depois de um período transitório de paz.⁴

Na Síria, entretanto, as perspectivas democráticas parecem desanimadoras por razões que vão além dos efeitos destrutivos da guerra civil. O conflito não apenas erodiu as possibilidades de reforma democrática, mas também gerou o ímpeto por um processo de reestruturação autoritária que aumentou a capacidade do regime de Assad de sobreviver a manifestações de massa, de reprimir um levante armado, e de resistir a sanções internacionais. Ainda que as instituições estatais quase tenham entrado em colapso sob o peso do conflito armado, a guerra levou o regime de Assad a reconfigurar sua base social, aprofundar sua dependência de redes autoritárias globais, adaptar seus modos de governança econômica e reestruturar seu aparato militar e de segurança. Ainda que o resultado do conflito atual não possa ser previsto, essas adaptações devem influenciar o modo pelo qual a Síria será governada assim que ele for encerrado. Se elas se consolidarem, diminuirão drasticamente as perspectivas de uma transição democrática pós-conflito, especialmente se a Síria terminar formal ou informalmente dividida.

Guerras e Adaptação Autoritária

O papel da guerra como uma catalizadora da reestruturação autoritária na Síria e os obstáculos que este processo coloca para a reforma política são relevantes por várias razões. Em primeiro lugar, pesquisas sobre guerra e democratização encontraram baixa correlação entre o tipo de regime no início do conflito e as perspectivas de democratização após seu término. A presença de um regime autoritário no começo de uma guerra civil não se mostrou capaz de reduzir as chances de uma transição democrática pós-conflito. De acordo com Leonard Wantchekon, por exemplo, uma guerra civil destrói tão profundamente os sistemas políticos anteriores à guerra que eles acabam por exercer pouca influência na forma dos arranjos pós-conflito. Distinguindo entre ruptura autoritária e guerra como causas da democratização, ele argumenta que “a guerra em si tem um efeito tão profundo no governo que a democracia pós-guerra civil é mais uma resposta institucional à guerra civil do que ao regime autoritário pré-guerra civil. Em Moçambique e na Nicarágua, a guerra civil quase aniquilou a situação política autoritária que levou à guerra.” Nos casos de ruptura autoritária que não envolve guerra civil, entretanto, “muitas características dos regimes anteriores persistiram”.⁵

A experiência da Síria desafia essas alegações, por várias razões. Ela ressalta a possibilidade de que um regime autoritário possa se adaptar às demandas de uma insurgência, aumentando a probabilidade de sobrevivência do regime e afetando tanto o resultado de um conflito quanto a possibilidade de um arranjo político pós-guerra ser democrático. A guerra civil síria está longe do fim. É possível que o sistema autoritário de governo iniciado pelo Partido Baath no começo dos anos 1960 — e, posteriormente, capturado pela família Assad e seus clientes — ainda seja “aniquilado” como resultado da prolongada guerra civil. Tal resultado ampliaria o leque de arranjos possíveis após o conflito, de modo a incluir uma transição para a democracia. Do ponto de vista da segunda metade de 2013, entretanto, o proces-

so de reestruturação autoritária pelo qual passou o regime durante os dois anos de revolta armada torna tal resultado muito menos provável. O que parece mais plausível é que o regime autoritário, repressivo e corrupto que entrou em guerra civil em 2011 emerge dela como uma versão ainda mais brutal, sectária e militarizada de si mesmo.

Em segundo lugar, a reconfiguração do regime de Assad durante os últimos dois anos se destaca como um exemplo extremo de um fenômeno mais amplo: a adaptação do autoritarismo do Oriente Médio aos desafios colocados pela renovação das políticas de massa.⁶ Quando ondas de protesto se espalharam pela região no começo de 2011, os regimes pareciam mais vulneráveis do que em qualquer outro momento da história do Oriente Médio. Os movimentos de protesto foram uma resposta ao fracasso dos autocratas árabes em atender às queixas econômicas, sociais e políticas, desafiando noções de regimes autoritários como adaptativos e capazes de ajustar suas estratégias e táticas às condições em transformação. Esses movimentos ajudaram a derrubar quatro antigos governantes — na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen —, e a ameaçar a estabilidade de outros. À medida que lutas populares continuaram por grande parte da região, analistas começaram a reavaliar antigas suposições sobre a durabilidade e adaptabilidade do autoritarismo no mundo árabe.⁷

Desde aqueles tempos áureos quase três anos atrás, no entanto, os limites da política de massa se tornaram mais claros. As elites dominantes de Marrocos a Bahrein aprenderam a conter demandas populares, reafirmar o controle sobre sociedades impacientes e recalibrar fórmulas de dominação para limitar o potencial revolucionário de movimentos de protesto.⁸ A atenção, portanto, está se voltando novamente para as dinâmicas da governança autoritária e para as estratégias das quais os autocratas e militares árabes lançaram mão para se preservar no poder. Como demonstra o golpe de julho de 2013 no Egito, essas adaptações foram em grande parte autoritárias, e frequentemente são tanto repressivas quanto excludentes. Contudo, elas não seguem um

modelo uniforme. Suas formas variaram de estratégias de acomodação contida, como visto na Jordânia, Kuwait e Marrocos, às abordagens mais coercitivas da Argélia, Egito, Arábia Saudita e Bahrein. Apesar dessa variação, todas essas experiências servem de estudo de caso da capacidade recombinante de regimes autoritários, das dinâmicas do aprendizado autoritário, e das condições sob as quais tal aprendizado contribui para a sobrevivência do regime.

Por último, ainda que a Síria represente um caso extremo, ela não é um ponto fora da curva em relação à violência que marcou a resposta do regime de Assad à ascensão da política de massa. A brutalidade das táticas do regime o situa no final do espectro de reações a protestos antirregime. Essas táticas refletem a distinta composição social da Síria, a composição institucional e a orientação política com um líder da “frente de resistência” a Israel. Nos detalhes, portanto, as adaptações que estão dando nova forma ao autoritarismo da Síria podem não ser generalizáveis a regimes que governam sociedades e sistemas políticos com configuração distinta. Ainda assim, versões mais brandas das táticas coercitivas do regime de Assad podem ser vistas nas ruas tanto de Bahrein quanto do Egito, reforçando os *insights* do caso Sírio sobre como autocratas árabes reagirão à medida que as dinâmicas das políticas de massa continuam a se desdobrar no Oriente Médio.

As adaptações do regime de Assad têm sua origem nos primeiros meses do levante sírio, em março de 2011, se não antes. O acadêmico sírio Hassan Abbas diz que em fevereiro de 2011 o presidente Bashar al-Assad “formou um comitê especial”, que concluiu que os regimes da Tunísia e do Egito fracassaram porque não reprimiram imediatamente os protestos.⁹ Então, tão logo o primeiro grande protesto irrompeu na cidade sulista de Deraa, em 18 de março de 2011, o regime de Assad começou a atacar.¹⁰ No momento em que mais manifestantes pegaram em armas para se defender, o regime escalou sua violência para o nível de uma ofensiva militar de larga escala, envolvendo unidades blindadas e artilharia pesada contra grandes centros urbanos.

Ele também se mobilizou para rotular um movimento de protesto pacífico e inclusivo como uma campanha terrorista conduzida por extremistas islâmicos. Protestos pacíficos continuaram em boa parte do país em 2012, mas o levante gradualmente se transformou em uma guerra civil cada vez mais sectária.

As respostas do regime a esses acontecimentos incluíram um conjunto de adaptações institucionais internas e mudanças de políticas. Também incluíram modificações à administração das relações regionais e internacionais face ao aprofundamento do isolamento internacional e da imposição de uma densa teia de sanções econômicas e diplomáticas. Internamente, o regime de Assad promoveu uma mobilização sectária e excludente para reforçar a solidariedade defensiva da principal base social do regime na comunidade alauíta e minoridades não muçulmanas — beneficiando-se de (mas também contribuindo para) tendências mais amplas de polarização sectária regional. Ele reconfigurou o setor de segurança — incluindo as Forças Armadas, redes criminosas paramilitares e o aparato de inteligência e segurança — para confrontar novas formas de resistência (em particular, as táticas de guerrilha descentralizadas de insurgentes armados), para as quais o setor de segurança estava despreparado e mal treinado.

Autoridades do regime reafirmaram o papel do Estado como um agente de redistribuição e provedor de segurança econômica — a despeito da completa destruição da economia e infraestrutura do país. Autoridades agora culpam as limitadas reformas econômicas conduzidas pelo economista e antigo vice primeiro ministro Abdullah Dardari como a causa dos problemas que levaram os cidadãos a se rebelar. O regime também continuou a fazer uso da Internet controlada pelo Estado e da infraestrutura de telecomunicações para impedir a comunicação entre os opositores do regime, identificar e perseguir apoiadores da oposição e disseminar narrativas pró-regime. Nos níveis regional e internacional, o regime de Assad explorou sua aliança estratégica com o Irã e o Hezbollah tanto em troca de assistência direta militar e

financeira quanto de experiência e treinamento em modos específicos de repressão, incluindo guerrilha urbana e cibernética, nas quais seu próprio setor de segurança não possuía experiência.

Promovendo Relacionamentos Estratégicos

O regime também explorou seus relacionamentos estratégicos e diplomáticos com a Rússia, a China e outros regimes autoritários. Estes dão ao regime fontes diretas de apoio militar e financeiro, bem como um conjunto de defensores que agem a seu favor dentro das instituições internacionais — um papel que nem o Irã nem o Hezbollah são capazes de desempenhar. Um dos efeitos é o de proteger o regime de Assad contra as sanções apoiadas pela ONU, que poderiam de alguma forma ser um obstáculo para a assistência que tem sido dada por seus principais aliados autoritários.

Essas relações, especialmente as ligações do regime com o Irã e o Hezbollah, têm implicações não apenas para a sobrevivência do regime de Assad, mas para a forma de um eventual arranjo pós-conflito. Em primeiro lugar, o Irã, com o apoio da Rússia, busca um papel ativo para si caso ocorram as negociações para o fim da guerra civil na Síria. Apesar de os Estados Unidos e seus aliados europeus atualmente se oporem a tal papel, eles reconhecem que, para que um arranjo negociado seja estável, precisarão levar em consideração os interesses do Irã, reduzindo as perspectivas de uma eventual transição para a democracia. Em segundo lugar, e talvez mais importante, à medida que o regime de Assad aprofunda sua dependência de aliados autoritários e fica cada vez mais isolado, tanto das democracias quanto de organizações internacionais ocupadas por democracias, torna-se ainda mais dependente de relacionamentos que diminuem as perspectivas de moderação do regime por algum dos meios identificados por Steven Levitsky e Lucan Way (“linkage” e “leverage”) ou por outras formas de condicionalidade.¹¹

Essas adaptações podem ser vistas como extensões de antigas estratégias de atualização do regime autoritário, mas com um núcleo

mais compacto, militarizado, sectário, excludente e repressivo.¹² Não era certo que o regime de Assad pudesse conseguir realizar essas mudanças. Por muitos anos, os críticos do regime o descreveram como pouco mais do que uma máfia inepta, às vezes comparando Bashar al-Assad ao personagem ficcional Fredo Corleone. Já em meados de 2012, a sobrevivência do regime parecia bastante improvável. As forças de oposição haviam avançado bastante, conquistando a maior parte dos subúrbios de Damasco, e muitos observadores previam o colapso iminente do regime.

Máfias, no entanto, não são soberanas. Não controlam forças armadas. Não possuem vastas instituições e recursos estatais à sua disposição. Enquanto seus apoiadores se atritavam, o regime de Assad recalibrava suas táticas militares e reconfigurava seu aparato de segurança. Com uma capacidade de aprendizado que surpreendeu seus detratores, o regime integrou leis milícias *shabiha* (a palavra significa “fantasma” ou “assassino”) — incluindo uma ampla gama de criminosos armados e elementos informais — a um grupo paramilitar formal, a Força de Defesa Nacional (FDN), sob controle direto do regime. Desde meados de 2012, centenas (talvez milhares) de membros da FDN passaram por treinamento de combate no Irã, uma forma direta de transferência de conhecimento autoritário. Após deserções entre oficiais e praças sunitas, foram adotados novos métodos de monitoramento e controle dos movimentos dos soldados. Especialistas iranianos e do Hezbollah vieram para ensinar aos comandantes locais detalhes sobre controle de multidão, guerrilha urbana e táticas de insurgência.

Explorando seu monopólio do poder aéreo, o regime semeou caos e instabilidade em áreas dominadas pela oposição, expulsando milhões de sírios de suas casas, erodindo o moral popular e o apoio à oposição, e impedindo a estabilização ou a reconstrução nas áreas controladas pela oposição. A mídia oficial rotineiramente destacava o papel proeminente de militantes islâmicos associados com a al-Qaeda nos quadros da oposição, para reforçar a narrativa de um “levante de

terroristas sunitas” e alardear o compromisso do regime com a proteção das minorias e o secularismo (apesar de sua dependência do Irã e do Hezbollah) para unir sua base. O regime também reestruturou suas principais instituições, incluindo o Partido Baath, para aumentar a coesão e garantir a fidelidade dos oficiais superiores ao presidente Assad e sua família.

Em meados de 2013, esse amálgama de adaptações *ad hoc* permitiu que o regime reivindicasse autoridade sobre a maior parte da “espinha” urbana do país, de Homs ao norte a Damasco ao sul. As adaptações solidificaram o apoio da base social do regime, preveniu que seu núcleo se rompesse e interrompeu tentativas de retornar a vida ao normal em áreas fora do controle do regime. O regime agora domina a estrategicamente importante costa mediterrânea e todas as maiores cidades com exceção de Alepo. Garantiu acesso a partes do Líbano e do mar controladas pelo Hezbollah. Com a exceção parcial da parte central de Damasco, essa zona sofreu muita destruição, paralisia econômica e grandes deslocamentos populacionais. Estatísticas precisas não estão disponíveis, mas é seguro dizer que Homs agora possui muito menos sunitas, enquanto Damasco, Tartus, Lataquia, Hama e outras áreas sob controle do regime receberam grandes influxos de deslocamentos internos — talvez chegando aos milhões —, incluindo cristãos, alauítas e sunitas fugindo da instabilidade e da violência dos territórios ocupados pelos insurgentes.

Nas décadas anteriores à guerra, a população síria de 22 milhões — 65 a 70% da qual árabe sunita, 10 a 12% formada por curdos sunitas, 10 a 12% de alauítas e 10 a 12% de drusos, cristãos e outras minorias não sunitas —, havia se tornado cada vez mais dispersa pelo país, encolhendo as áreas habitadas quase exclusivamente por uma ou outra comunidade. Centros urbanos se tornaram mais cosmopolitas, beneficiando-se de um fluxo de alauítas e curdos e de processos migratórios urbanos à medida que a economia síria se modernizava. O vasto deslocamento populacional causado pela guerra está produzindo mu-

danças fundamentais nessas tendências. Ele aumentou a segregação sectária mesmo dentro de cidades com maior diversidade em números absolutos, devido ao deslocamento interno. Também levou a uma limpeza sectária parcial nas áreas rurais, destruindo antigas relações de tolerância intersectária entre vilarejos de sunitas e de minorias em áreas afetadas pelo conflito.

Ainda não se sabe se as mudanças do regime serão suficientes para garantir sua sobrevivência. Também é incerto se as adaptações feitas para derrotar a insurreição popular irão perdurar após o fim do conflito. Não há razão para imaginar que o regime não vai evoluir ainda mais à medida que mudam as condições a seu redor. Ao contrário de noções de que a guerra civil faz da política uma tábula rasa, a evidência disponível sugere que Bashar al-Assad e seu regime estão determinados a permanecerem no centro de qualquer ordem política pós-guerra, quer ela aconteça via derrota militar de seus adversários quer via negociações acompanhadas pela comunidade internacional. Mesmo com o conflito afetando todo o país, e com mais da metade do território sírio fora do controle do regime, Bashar al-Assad sinalizou sua intenção de disputar a reeleição quando seu mandato como presidente terminar em 2014 — potencialmente impondo um verniz macabro de falsa legitimidade democrática a um regime que a Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos condenou por diversas vezes por graves e sistemáticas violações dos direitos humanos, atrocidades contra seu próprio povo, e crimes contra a humanidade.

Explicando as Adaptações Autoritárias

Os autoritarismos sobreviventes por todo o Oriente Médio se adaptaram aos desafios impostos pelas revoltas árabes. Ainda assim, a forma assumida por tais adaptações é um produto de recursos específicos domésticos e externos, que definem um certo “conjunto de oportunidades” de um regime. Há um forte componente de dependência histórica nas escolhas adaptativas dos regimes: crises existenciais não têm sido

momentos de inovação criativa entre os autoritarismos sobreviventes no mundo árabe. Em vez disso, adaptações tenderam a ampliar os atributos existentes dos regimes, à medida que os governantes adotavam estratégias que haviam se mostrado efetivas no passado.

No caso sírio, três desses recursos têm sido particularmente importantes. O primeiro tem a ver com os padrões de recrutamento da elite e como eles fortaleceram a coesão de instituições formais, particularmente com a extensão da ocupação de posições importantes nas forças armadas e no aparato de segurança com alauítas leais ao regime. Para Eva Bellin, isso faz da Síria o exemplo por excelência de um aparato coercitivo organizado ao longo de linhas patrimonialistas, que tem mais a perder com a reforma que seus vizinhos, e mais disposto a usar meios coercitivos para reprimir reformistas.¹³

Patrimonialismo, entretanto, é um diagnóstico de amplo espectro. Ele não explica por si só a coesão do corpo de oficiais sírios e sua contínua lealdade ao regime. Contra a previsão de Bellin, mesmo mobilizações sociais persistentes e de larga escala não foram capazes de erodir a disposição do regime em reprimir. A escalada da violência produziu de fato rachaduras no exército. Dezenas de milhares de praças, além de mais de 50 generais não alauítas e outros oficiais superiores, desertaram para não terem que atirar em seus concidadãos.

Ainda assim, o núcleo se manteve. E o fez porque padrões de recrutamento nos postos superiores do exército e suas unidades de elite não tinham apenas caráter patrimonialista, mas também sectário e excludente. O recrutamento identitário foi explicitamente desenvolvido para fortalecer laços entre o regime e os oficiais superiores, para aumentar os custos de deserção, e para fazer da defesa do regime a principal prioridade do Exército. O resultado é um corpo de oficiais quase inteiramente alauíta, resolutamente leal aos Assad, disposto a fazer uso de qualquer tipo de arma (de bombas de fragmentação e mísseis balísticos a helicópteros de combate e, como se alegou, armas químicas), e que se fortaleceu contra tentativas de persuadir figuras-chave a

desertar. Padrões específicos de patrimonialismo, portanto, produzem formas distintas de coesão, e dão aos regimes uma ampla variedade organizacional, coercitiva e adaptativa.

Ao mesmo tempo, mesmo que a deserção dos militares possa ser fatal para um governante autoritário, sua coesão não é garantia de sobrevivência, especialmente quando a violência de um regime leva a uma mobilização social para além de protestos, chegando a uma insurgência armada. Ao longo de 2012, com deserções ocorrendo entre os praças, forças da oposição conquistando territórios, e unidades-chave pressionadas até a exaustão, não estava claro que a coesão do corpo de oficiais e as elites da segurança seriam capazes de prevenir a derubada do regime. Um segundo recurso desempenhou um papel fundamental para conter os avanços da oposição e a estabilizar o regime: redes informais de atores não estatais, baseadas em laços familiares, afinidades sectárias, ou simples arranjos mercenários, e cultivadas por elites do regime ao longo dos anos para garantir um leque de funções (por vezes ilegais) que pudessem ser conduzidas sem nenhum escrutínio formal ou *accountability*.

Antes do levante, membros dessas redes, geralmente descritos como *shabiha*, envolveram-se em atividades criminosas oficialmente autorizadas, serviram como defensores do regime, e usaram violência para proteger os privilégios e *status* das elites do regime. Quando os protestos começaram em março de 2011, o regime recrutou essas redes para brutalizar os manifestantes.¹⁴ À medida que a oposição se militarizava, essas redes criminosas eram gradualmente transformadas, primeiro em grupos paramilitares informais e descentralizados, e mais tarde em estruturas armadas mais formais, integradas ao aparato de segurança do regime. De composição quase exclusivamente alauíta, as forças *shabiha* são responsáveis por algumas das piores atrocidades da guerra civil. Elas servem de tropas de choque, defendem comunidades alauítas e de minorias contra ataques da oposição, aterrorizam e brutalizam comunidades sunitas, ajudam o regime a controlar unida-

des do exército e a evitar deserções, e lutam com as Forças Armadas em ofensivas contra áreas controladas pela oposição. Eles garantem a coesão e a lealdade que sustentam a capacidade do regime de reprimir muito mais efetivamente do que conseguiria com praças comuns. Se não fosse possível ao regime fazer uso e profissionalizar essas redes criminosas informais e sectárias, sua perspectiva de sobrevivência seria muito mais precária.

Um terceiro recurso crítico advém das alianças do regime de Assad com o Hezbollah e o Irã, e a capacidade militar adicional que ambos forneceram. O Hezbollah enviou milhares de combatentes para ajudar o regime em uma forte ofensiva contra grupos da oposição a oeste da Síria, ao longo da fronteira com o Líbano, em Homs, e nos subúrbios ao redor de Damasco. O Irã, por sua vez, supostamente enviou suas próprias forças de combate, assim como militares e especialistas em segurança, que produziram melhoras tangíveis na efetividade das unidades de combate do regime. Talvez mais importante, entretanto, tenha sido o esforço explícito para organizar a nova FDN nos moldes da iraniana Basij, uma “milícia voluntária popular” criada a pedido do aiatolá Khomeini durante a Guerra Irã-Iraque entre 1980 e 1988, que subsequentemente se tornou um componente central do aparato de segurança interna do Irã, e desempenhou um importante papel na supressão dos protestos do “Movimento Verde” após a eleição presidencial iraniana de 2009.

O aprendizado autoritário e a transferência de conhecimento produziram adaptações significativas na escala e na organização do aparato coercitivo do regime de Assad, ampliando sua capacidade de lutar contra uma insurgência armada popular. Também amplificaram as tendências já existentes no regime, dando um impulso aos sectários “linha dura” e institucionalizando práticas repressivas e excludentes dentro do que restou do Estado sírio. Por garantia, o regime alavancou seus relacionamentos estratégicos com o Irã, o Hezbollah e outros atores autoritários para propósitos que vão muito além do agravamento de

seu aparato coercitivo. O Irã forneceu ao regime bilhões de dólares na forma de empréstimos e contratos. A Rússia forneceu armas, dinheiro e cobertura diplomática, muitas vezes votando contra a imposição das sanções no Conselho de Segurança da ONU. A China seguiu a Rússia na ONU, embora, de maneira geral, tenha desempenhado um papel secundário a respeito da Síria até o momento. No entanto, a reconfiguração do aparato de segurança do regime de Assad e a consolidação do poder dentro das instituições organizadas de maneira excludente e sectária terão consequências para os tipos de arranjos políticos que emergirão, e são pouco favoráveis a uma perspectiva de transição democrática.

Outros elementos de adaptação do regime desde março de 2011 foram menos efetivos. Entre eles, a tentativa de se distanciar das reformas econômicas da década de 2000, para adotar um papel mais ativo do Estado sírio na gestão da economia arrasada pela guerra e extrair recursos e apoio das redes de negócio que ele ajudou a criar na década anterior. Durante a década de 2000, o regime de Assad enriqueceu a si e a novas coalizões de elites de negócios estatais e privadas ao explorar de maneira corrupta a liberalização econômica.¹⁵ Neste processo, marginalizou e alienou grandes segmentos da sociedade síria que haviam se beneficiado de suas posições dentro de instituições do Estado e do Partido Baath.¹⁶

Essas mudanças nos padrões de clientelismo e governança econômica visavam fortalecer a base econômica do regime, mas se mostraram problemáticas desde março de 2011. Por um lado, alimentaram as queixas econômicas e o ressentimento entre antigos beneficiários do regime, que provocaram protestos em massa em março de 2011. Por outro, aumentaram a dependência do regime nas redes de negócio cuja lealdade ao regime se mostrou menos durável à medida que se arrastava o conflito na Síria. Embora o regime continue a se beneficiar da lealdade de um conjunto (declinante) de parceiros do mundo dos negócios, o setor privado da Síria de maneira geral retirou seu suporte

financeiro e político, forçando o regime a se tornar cada vez mais predatório na extração dos recursos necessários. Em resposta, autoridades do governo retomaram uma retórica populista de épocas anteriores, mas com pouco impacto até o momento. Com a economia síria beirando o colapso, políticas sociais e econômicas tornaram-se pouco mais do que ferramentas na luta do regime pela sobrevivência. No entanto, sua recente crítica das reformas econômicas neoliberais como responsáveis pelas queixas que levaram os sírios às ruas apenas ecoou um tema bastante ouvido de governos árabes desde 2011, incluindo tanto autoritários sobreviventes quanto aqueles que passam por transições pós-autoritárias.

Respostas da Oposição à Adaptação do Regime

As transformações pelas quais passou o regime de Assad não estão ocorrendo no vácuo. Nem é a reconsolidação gradual e sangrenta do regime inteiramente um produto de suas próprias ações e intenções. Beneficiou-se de uma oposição bastante dividida, e ainda assim cada vez mais dominada por extremistas islâmicos. Entre esses últimos se incluem grupos terroristas afiliados com a al-Qaeda, tais como o Estado Islâmico do Iraque, o Levante (EIIL) e o Ahrar ash-Sham [Movimento de Libertação Islâmica], cuja visão do futuro da Síria é ainda mais sectária, repressiva e excludente do que a do próprio regime de Assad. A liderança da oposição que emergiu fora da Síria, incluindo a Coalizão Nacional Síria da Oposição e das Forças Revolucionárias (mais conhecidas como a Coalizão Nacional Síria ou CNS), e seu braço militar, o Conselho Militar Supremo (CMS), por diversas vezes afirmaram sua intenção de criar uma “democracia civil síria”.¹⁷ A Irmandade Muçulmana síria, que tem mais assentos na CNS do que qualquer outro partido ou movimento, em março de 2012 afirmou publicamente seu compromisso com “um Estado civil, democrático e republicano, com um sistema parlamentarista, no qual todas as pessoas são tratadas igualmente, independentemente de crença ou etnia”.¹⁸

À medida que a violência na Síria escalava, entretanto, a oposição externa, em grande medida, não foi capaz de estabelecer sua legitimidade, credibilidade, ou mesmo relevância entre os sírios vivendo sob a autoridade de grupos armados locais e estrangeiros. Um segmento significativo (ainda difícil de se mensurar) das minorias não sunitas da Síria e da população curda não achou o comprometimento da oposição externa com uma democracia civil e inclusiva suficientemente crível para persuadi-las a abandonar o regime de Assad e se juntar aos revoltosos.

Tal comprometimento é ainda menos evidente entre a liderança interna da oposição. O Exército Livre da Síria (ELS), uma rede altamente descentralizada e frouxamente coordenada de centenas de grupos armados, incluindo unidades locais de defesa civil, grupos de desertores do exército sírio e combatentes estrangeiros, foi formalmente estabelecida em julho de 2011 para defender protestos pacíficos dos ataques do regime. Em meados de 2013, havia chegado ao número de 80 mil combatentes, embora um terço dos batalhões identificados como parte do ELS operassem sob a liderança do CMS.¹⁹ A autoridade política nos territórios ocupados pela oposição tornou-se cada vez mais concentrada nas mãos daqueles que comandavam batalhões locais, os maiores e mais efetivos dos quais afiliados à Frente al-Nusra, ao Ahrar ash-Sham, à Liwa al-Mujahideen [Brigada de Combatentes] e a outros grupos salafistas que explicitamente rejeitam a democracia, abraçam a aderência a interpretações estritas da lei islâmica, foram eles mesmos acusados de atrocidades, e contribuíram para a intensificação das tensões sectárias dentro da oposição — uma tendência que o regime de Assad tem explorado avidamente.

O regime tem se beneficiado especialmente de confrontos violentos entre integrantes da oposição armada. Essas lutas opuseram batalhões moderados leais ao CMS a seus equivalentes salafistas, sírios a combatentes estrangeiros e, mais recentemente, salafistas árabes a forças curdas nas regiões “libertas” ao norte da Síria. A retórica nacio-

nalista árabe da oposição secular e as ideologias islâmicas dos principais grupos armados fortaleceram a ambivalência que os curdos sírios sentem a respeito de seu papel no levante e de seu futuro em uma Síria pós-Assad. Confrontos violentos entre forças curdas e batalhões salafistas reforçaram a inclinação entre os partidos políticos e movimentos curdos a explorar o levante em benefício de antigas demandas por maior autonomia curda.

Apesar de os curdos, além de outras minorias, serem ativos nos braços político e militar da oposição, líderes curdos frequentemente reclamam de sub-representação dentro das estruturas de oposição e preservam sua independência em relação à CNS. Por vezes, opositoristas árabes acusaram seus parceiros curdos de cooperar com o regime de Assad. Esses atritos serviram de distração para a oposição, enquanto o regime reforçava seu controle sobre áreas previamente libertadas. Esses atritos também aumentam a probabilidade de que a Síria termine fragmentada em três zonas de conflito: uma controlada pelo regime, uma pela oposição árabe, e uma terceira por forças curdas aliadas aos curdos do norte do Iraque e sudeste da Turquia.

A transformação da oposição síria desde 2011 tem sido impressionante. O que começou como um movimento pacífico de protesto clamando por mudanças democráticas e defendida por grupos armados moderados é agora um movimento profundamente militarizado e militantemente islâmico, minado por fissuras e atritos internos, privado de uma liderança política coerente e efetiva, e pressionado a dar resposta a um regime reconsolidado apoiado por um aparato de segurança fortemente coeso. Essas mudanças certamente contribuíram para o fôlego renovado do regime e seus apoiadores. As mudanças ajudam a validar a narrativa da “oposição terrorista” que o regime vem cultivando desde o início da revolta. Sustentam a solidariedade com o regime, evidente entre os alauítas e outras minorias, muitos dos quais estão ligados aos Assad mais por medo que por lealdade. Essas mudanças também foram efetivamente exploradas pela Rússia e Irã

ao justificarem seu apoio ao regime de Assad, e erodiram o apoio do Ocidente à oposição.

Ainda assim, o curso trilhado pela oposição não é inteiramente um produto de suas próprias intenções. O próprio regime de Assad ajudou a moldar esse caminho, recorrendo imediatamente e de maneira desproporcional à violência quando os protestos irromperam pela primeira vez em março de 2011, demonizando incansavelmente os manifestantes, semeando o medo entre a população por ele controlada, e criando desordem em áreas perdidas para a oposição. Nesse sentido, há efeitos claros e significativos da interação entre como o regime se adaptou aos desafios da política de massa — transformando manifestações pacíficas em uma insurgência armada — e as transformações vividas pela oposição. Extremismo, polarização e fragmentação são alvos muito mais fáceis para o regime do que manifestantes pacíficos buscando reformas constitucionais e econômicas. Sua manipulação cínica da oposição foi bem sucedida, mas a um preço terrível. O regime também fracassou em derrotar a insurgência, apesar dos esforços militares coordenados das forças de Assad, Hezbollah, Irã e Rússia. De fato, mesmo com o regime recuperando terreno ao longo da costa e em vilarejos próximos a Lataquia, ele continuou a perder terreno para as forças de oposição ao sul, em Aleppo, e nos arredores de Damasco.

Uma Perspectiva Sombria

O destino do regime de Assad permanece incerto. O aprendizado do regime e as adaptações às quais ele se submeteu desde 2011 podem não salvá-lo da derrota, e certamente (caso sobreviva) enfraqueceram sua capacidade de governar toda ou parte do que restou da Síria pré-guerra quando o conflito se encerrar. Ainda assim, algumas conclusões provisórias podem ser feitas sobre o futuro do autoritarismo na Síria, e talvez de maneira mais ampla, sobre as formas pelas quais o regime de Assad se reconfigurou desde a irrupção do levante sírio. Muito da experiência do regime de Assad é *sui generis*, impulsionada

pela escala da violência por ele desencadeada e pelos distintos recursos à sua disposição. Não obstante, as estratégias subjacentes revelam características visíveis em diferentes graus entre os autoritarismos sobreviventes do Oriente Médio, enquanto se esforçam para se adaptar ao renascimento da política de massa. Algumas dessas características oferecem uma razão para otimismo em relação às perspectivas democráticas da Síria — ou da região.

Em Bahrein, Jordânia e Arábia Saudita, governantes preocupados e desafiados voltaram-se para estratégias sectárias e excludentes de mobilização popular para arregimentar apoio ao regime em sociedades divididas. Regimes da região se reconfiguraram e fortaleceram seus poderes coercitivos para lidar com protestos em massa, levantes ou insurgências. As possibilidades de democratização, que nunca foram grandes desde o início, sofreram em meio às repercussões do fato de os dissidentes e manifestantes terem sido rotulados como uma ameaça à segurança da nação. A Síria apresenta um elemento adicional perturbador: um regime cuja base social foi fundida ao aparato de segurança; cidadãos comuns que agora se comportam como agentes de repressão do regime; relações entre o regime e a sociedade definidas em um nível perturbador pela participação compartilhada na repressão.

No caso sírio, esse estreitamento foi crítico para a sobrevivência do regime. Além disso, ele também aumentou a capacidade de um regime autoritário cada vez mais repressivo e sectário de definir arranjos políticos pós-conflitos (se de fato o regime de Assad sobreviver à guerra); deu aos aliados autoritários maior influência sobre os termos de um eventual acordo político; e diminuiu a influência que as democracias ocidentais poderiam exercer no sentido de mover a Síria em direção a uma ordem política pós-guerra mais democrática. A Síria representa um exemplo extremo dessas tendências, mas está longe de ser o único: as revoltas árabes aumentaram a interdependência dos autoritarismos sobreviventes em todo o Oriente Médio — aproximando os Estados-membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG enquanto

tentavam reprimir manifestações de massa que ameaçavam a família Khalifa em Bahrein, por exemplo, e também reforçando os laços entre o CCG e as monarquias reinantes na Jordânia e em Marrocos).

Os levantes de 2011 marcaram uma época de desafio sem precedentes aos regimes autoritários do Oriente Médio. A única região do mundo que não havia passado por nenhuma ruptura autoritária nem uma transição para a democracia viu-se atingida por uma onda de manifestações de massa que levou, em menos de um ano, à derrubada de quatro autocratas de longa data — homens que, somados, haviam se mantido no poder por 132 anos.

Não obstante, para manifestantes do restante do mundo árabe, incluindo a Síria, a resposta foi bastante diferente. O regime de Assad lançou todo o poder de seu aparato repressivo sobre as cabeças de manifestantes pacíficos, provocando reações que gradualmente levaram à guerra civil. O conflito acabou com a Síria que havia antes da guerra civil mas, ainda assim, não “aniquilou” o regime autoritário que levou a Síria à guerra. De maneira mais detalhada, a forma específica que as adaptações autoritárias tiveram no caso Sírio difere do que se viu nos outros países da região. As tendências amplificadas pela guerra civil não são únicas da Síria. Autoritarismos sobreviventes da região se moveram em direções similares àquelas evidenciadas pelo regime de Assad. Mesmo com as repercussões das revoltas árabes ainda sendo sentidas por todo o Oriente Médio, parece que o futuro do autoritarismo árabe, como aquele do próprio regime de Assad, será mais tenebroso, mais repressivo, mais sectário e ainda mais resistente à democratização do que foi no passado.

Notas

1. Fish, M. Steven; Kroenig, Matthew. “Diversity, Conflict and Democracy: Some Evidence from Eurasia and East Europe”. *Democratization*, v. 13, n. 5, December 2006, pp. 828–42; Fearon, James D.; Laitin, David D. “Ethnicity, Insurgency, and Civil War”. *American Political Science Review*, v. 97, n. 1, February 2003, pp. 75–90.

2. Fortna, Virginia Page; Huang, Reyko. “Democratization After Civil War: A Brush-Clearing Exercise”. *International Studies Quarterly*, v. 56, n. 4, December 2012, pp. 801–8.

3. “Dos 18 países que receberam missões de paz da ONU com um componente de construção de instituições entre 1988 e 2002, 13 (72%) foram classificados como sendo alguma forma de regime autoritário em 2003.” Call, Charles T.; Cook, Susan E. “On Democratization and Peacebuilding”. *Global Governance*, v. 9, n. 2, April–June 2003, pp. 233–4.

4. Walter, Barbara F. “Conflict Relapse and the Sustainability of Post-Conflict Peace”. *Background Paper for the World Development Report*, 2011, World Bank, Washington, D.C., 13 de setembro de 2010; Collier, Paul *et al.* *Breaking the Conflict Trap: Civil War and Development Policy*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2003.

5. Wantchekon, Leonard. “The Paradox of ‘Warlord’ Democracy: A Theoretical Investigation”. *American Political Science Review*, v. 98, n. 1, February 2004, p. 18.

6. Heydemann, Steven; Leenders, Reinoud (Eds.). *Middle East Authoritarianisms: Governance, Contestation, and Regime Resilience in Syria and Iran*. Stanford, CA (EUA): Stanford University Press, 2013.

7. Laipson, Ellen *et al.* *Seismic Shift: Understanding Change in the Middle East*. Washington, D.C.: Henry L. Stimson Center, 2011. Ver também Bellin, Eva. “Reconsidering the Robustness of Authoritarianism in the Middle East: Lessons from the Arab Spring”. *Comparative Politics*, 44, n. 2, January 2012, pp. 127–49.

8. Heydemann, Steven; Leenders, Reinoud. “Authoritarian Learning and Authoritarian Resilience: Regime Responses to the ‘Arab Awakening’”. *Globalizations*, v. 8, n. 5, October 2011, pp. 647–53.

9. Abbas, Hassan. “The Dynamics of the Uprising in Syria”. Arab Reform Initiative, *Arab Reform Brief*, n. 51, October 2011.

10. Leenders, Reinoud; Heydemann, Steven. “Popular Mobilization in Syria: Opportunity and Threat, and the Social Networks of the Early Risers”. *Mediterranean Politics*, v. 17, n. 2, July 2012, pp. 139–59.

11. Levitsky, Steven; Way, Lucan A. “International Linkage and Democratization”. *Journal of Democracy*, v. 16, n. 3, July 2005, pp. 20–34.

12. Heydemann, Steven. “Upgrading Authoritarianism in the Arab World”. Saban Center for Middle East Policy, *Analysis Paper No. 13*, Brookings Institution, Washington, D.C., 2007, p. 23.
13. Comparar com Bellin, Eva. Op. cit., p. 129.
14. Ahram, Ariel. *Proxy Warriors: The Rise and Fall of State-Sponsored Militias*. Stanford, CA (EUA): Stanford University Press, 2011.
15. Haddad, Bassam. *Business Networks in Syria: The Political Economy of Authoritarian Resilience*. Stanford, CA (EUA): Stanford University Press, 2012.
16. Donati, Caroline. “The Economics of Authoritarian Upgrading in Syria: Liberalization and the Reconfiguration of Economic Networks”. In: Heydemann, Steven; Leenders, Reinoud (Eds.). *Middle East Authoritarianisms: Governance, Contestation, and Regime Resilience in Syria and Iran*. Stanford, CA (EUA): Stanford University Press, 2013, pp. 35–60.
17. Ver o website da CNS: <http://www.etilaf.org/en/about-us/principles.html>.
18. A afirmação pode ser encontrada, em árabe, no website da Irmandade Muçulmana síria: <http://www.ikhwansyria.com>. Ver também um resumo em inglês em: <http://www.ikhwanweb.com/article.php?id=29851>.
19. Lund, Aron. “The Free Syrian Army Doesn’t Exist”. *Syria Comment* (blog), 16 de março de 2013. Disponível em: <http://www.joshualandis.com/blog/the-free-syrian-army-doesnt-exist>. Ver também a análise conduzida pelo Syria Project [Projeto Síria] do Institute for the Study of War [Instituto para o Estudo da Guerra] em: <http://www.understandingwar.org/project/syria-project>.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação iFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Conjuntamente com vinte e um centros de pesquisas associados, localizados em onze países da América Latina, realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>